

Resumo

O presente artigo constitui uma abordagem às manifestações da cultura visual na Sé de Coimbra, em contexto litúrgico, durante o episcopado de Miguel Salomão (1162-1176). A problemática em epígrafe é analisada numa perspectiva de caso, relacionada com um diploma conservado, sob a forma de cópia, no *Livro preto*, em que se procede à notificação da existência de bens pertencentes à catedral, extraviados ou indevidamente alienados, a pedido do prelado coimbrão, especificando-se as etapas de construção do templo, tal como as características do altar principal, na sua relação com imagens de santos. ●

Abstract

This article focuses on the manifestations of visual culture in the Coimbra Cathedral, within a liturgical context, during the episcopacy of Miguel Salomão (1162-1176). The subject matter of the title is analysed from the perspective of a specific case, that of a copy of a diploma kept in the Livro preto (Black Book). Upon a request by the coimbran prelate, this document reports the existence of assets belonging to the cathedral that had been misappropriated or unduly alienated. It also specifies the construction phases of the temple, as well as the characteristics of the high altar with regard to the images of saints. ●

palavras-chave

SÉ DE COIMBRA
LIVRO PRETO
LITURGIA
ICONOGRAFIA
SANTOS

key-words

COIMBRA CATHEDRAL
LIVRO PRETO (BLACK BOOK)
LITURGY
ICONOGRAPHY
SAINTS

IMAGENS DE SANTOS NA SÉ DE COIMBRA NO EPISCOPADO DE MIGUEL SALOMÃO (SÉC. XII)

MÁRIO DE GOUVEIA

Instituto de Estudos Medievais

FCSH-UNL

1. LP 3 (s.d.). O diploma foi também parcialmente transcrito e comentado em Pierre David, *A Sé Velha de Coimbra das origens ao século XV*, Porto, Portucalense Editora, 1943, pp. 106-107; e Armando Alberto Martins, «Dois bispos portugueses da segunda metade do século XII», in Carlos Alberto Ferreira de Almeida. *In memoriam* (Coordenador: Mário Jorge Barroca), vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 34-35 (apêndice A).

2. Para uma sumária descrição do códice diplomático, leia-se Armando Alberto Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 67-68, no mais alargado contexto da afirmação de Coimbra como núcleo de atracção e produção de códices analisado em Avelino de Jesus da Costa, «Coimbra – centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos sécs. XI e XII», in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 1309-1334. Tenha-se ain-

O objectivo desta comunicação é estudar o conjunto das imagens de santos presentes no mobiliário litúrgico da Sé de Coimbra durante o episcopado de Miguel Salomão. A análise da problemática aqui proposta decorre da leitura de um diploma em particular¹, conservado sob forma de cópia não-datada no cartulário diocesano conhecido pela designação de *Livro preto*, produzido, como memória de arquivo, com o objectivo de recolher os instrumentos jurídicos probatórios dos direitos, garantias e privilégios que a Sé de Coimbra e a canónica de St.^a Maria terão adquirido ao longo dos anos, em particular a partir dos finais do século IX². O diploma ocupa três fólios do cartulário (fl. 2 v.^o-4 v.^o), sendo a sua pouco comum extensão, por comparação à de outras cartas igualmente copiadas e reunidas nesta colectânea documental, resultado do facto de nele se proceder ao inventário dos bens que configuram o património do cabido catedralício na segunda metade do século XII.

A reflexão que aqui propomos corresponde, portanto, a uma análise de caso. O seu objecto é a relação do património da Sé Velha elaborada a pedido do bispo Miguel Salomão (1162-1176), com o objectivo de se proceder à notificação, numa apologia de provas *a contrario* visando refutar as acusações de que o prelado se sentia vítima, sobretudo depois da concessão da polémica *Carta libertatis* ao mosteiro de cónegos regrantes de St.^a Cruz, em 1162, da existência de bens pertencentes à igreja catedralícia extraviados ou indevidamente alienados, complementada



FIG.1 COIMBRA. SÉ VELHA. FACHADA OCIDENTAL
© FOTOGRAFIA DE JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

por uma análise sobre os gestos de benemerência episcopal a favor das igrejas de St.^a Maria, S. João e St.^a Cruz³.

O laconismo do diploma – característica que é transversal a grande parte da documentação da época⁴ – não nos permite tecer considerações pormenorizadas sobre as imagens presentes na catedral à luz de leituras iconológicas, talvez efectuadas pelos membros da hierarquia eclesiástica ou pelos fiéis que acorriam à igreja em cumprimento das suas práticas de religiosidade pessoal⁵. É, pelo contrário, possível analisá-las numa perspectiva atenta ao carácter das representações iconográficas sobre suporte existentes no interior do templo, enquanto expressão de um contexto religioso em que a narratividade do sagrado se exprime também ao nível da cultura visual⁶. A análise passível de ser feita com base neste diploma centra-se no espaço interior da

da em conta, tal como refere o primeiro autor, que «a leitura dos seus diplomas deve fazer-se de forma cautelosa e crítica pois, como os já citados historiadores Gérard Pradalié e Pierre David apuraram, vários dos documentos foram, em épocas de animosidade e disputa de poderes, intencionalmente falsificados.» (p. 68, referindo-se aos trabalhos de Pierre David, «Regula sancti Augustini. A propos d'une fausse charte de fondation du chapitre de Coimbra», *Revista portuguesa de história*, t. III, 1947, pp. 27-39; e Gérard Pradalié, «Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbra au début du XIIe siècle», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 10, 1974, pp. 77-98).

3. Para uma análise do contexto histórico do pontificado de Miguel Salomão, veja-se, em particular, José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; com o complemento de Leontina Ventura, «Coimbra medieval», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 23-40.

4. Analise-se, desde logo, o instrumento à luz do que escreveu Maria do Rosário Barbosa Morujão, «A Sé de Coimbra, centro de produção documental no tempo de D. Afonso Henriques», in Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Azevedo Santos, Saul António Gomes e Maria do Rosário Morujão, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 141-166. Da mesma autora, *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Coimbra, 2005 (edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

5. Trata-se de uma problemática relativamente à qual as fontes disponíveis nos dão apenas escassos testemunhos, conforme se depreende da leitura de Mary Charles Murray, «Preaching, Scripture and visual imagery in Antiquity», *Cristianesimo nella storia. Ricerche storiche, esegetiche, teologiche*, vol. XIV/3, Outubro de 1993, pp. 481-503. Tal como nos apontou Giles Constable, «The language of preaching in the twelfth century», *Viator. Medieval and Renaissance studies*, vol. 25, 1994, pp. 131-152, esta questão não pode deixar de ser analisada à luz dos instrumentos de pregação ao serviço dos clérigos, uma vez que é neles que encontramos os modelos narrativos, na maioria dos casos identificados com episódios das Sagradas Escrituras, e, em particular,

do Novo Testamento, transpostos para os registos pictórico e escultórico nas igrejas medievais.

6. As características gerais dos processos de representação pictórica em que se atesta a dimensão narrativa do sagrado foram analisadas por Barbara Abou-El-Haj, *The medieval cult of saints. Formations and transformations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 33-60.

7. Numerosos testemunhos documentais permitem-nos afirmar que as relíquias conservadas na Sé de Coimbra nos finais do século XI se identificam ainda com as que supostamente terão existido na igreja desde as suas primeiras referências diplomáticas. Nos finais do século IX, e, mais concretamente, durante o episcopado de Nausto, entre 867 e 912 – personagem que inaugura a sucessão de prelados coeva da presúria da cidade por Hermenegildo Guterres, em 878 –, surgem já referências à titularidade celeste de St.^a Maria, que se afirma desde o primeiro momento como orago primário da sede diocesana, então designada como *ecclesia, sedis, canonica sedis, episcopalis sedis ou pontificalis sedis*. Por ordem cronológica de referência documental, cf., para St.^a Maria: LP 360 ([867-912]); LP 456 (1083.08.08); LP 312 (1083.12.17); LP 101 (1086.03.25, falso); LP 16 (1086.04.13, falso ou interpolado); LP 170 (1086.04.19); LP 87 (1086.07.12); LP 20 (1086.11.24); LP 558 ([1086-1091]); LP 349 (1087.01); LP 19 e 78 (1087.03.15); LP 373 (1087.03.29); LP 251 (1087.04.26, falso ou interpolado); LP 578 (1087.05, falso); LP 256 (1087.12.22); LP 398 (1088.01.03); LP 286 (1088.01.16); LP 21 (1088.03.01, falso); LP 275 (1088.04.14); LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado); LP 384 (1089.02.19); LP 447 (1089.10); LP 388 (1090.05.26); LP 452 (1091.06.08); LP 343 (1091.07.26); LP 423 (ant. [1092]); DC 775 (1092.04.13); DC 791 (1092); LP 272 e 323 ([1092-1098]); LP 394 ([1092-1098]); LP 415 ([1092-1098]); LP 32 e 173 (1094.02.24); LP 175 (1094.03.23); LP 385 (1094.04.30); LP 280 (1094.08.01); LP 82 (1094.11.13); LP 302 (1095.02.26); LP 418 (1095.07.18); LP 49 (1095.12.24); LP 45 (1096.02.15); LP 246 (1096.04.18); LP 420 (1096.10.03); LP 290 (1097.04.29); LP 289 (1097.04.30); DC 869 (1098.01.10); LP 427 (1098.12.03); LP 317 (1099.01.04); LP 47 (1099.03.19); LP 48 (1099.03.20); LP 43 (1100.12.19); EMP, vol. II, t. 1, n.º 42 ([finais do séc. XI]); para S. Pedro: LP 170 (1086.04.19); para S. Martinho: LP 170 (1086.04.19); LP 390 e

igreja, e pode, por esse motivo, relacionar-se com um conjunto de práticas litúrgicas e paralitúrgicas associadas à existência de relíquias, aí conservadas pelo menos desde a restauração da diocese, em 1080, na sequência do provimento de Paterno, então bispo de Tortosa, na catedral episcopal, poucos anos depois da conquista definitiva de Coimbra pelos cristãos, ocorrida no reinado de Fernando I de Leão, em 1064⁷. O conteúdo do diploma é bastante variado, pelo que dele podem extrair-se informações que nos permitem caracterizar vários aspectos da vida dos clérigos coimbrãos na segunda metade do século XII, ou seja, num período crucial da afirmação de Coimbra como capital do reino de Portugal, pouco depois da fundação do mosteiro de St.^a Cruz por iniciativa de Afonso I, em 1131⁸. Não se trata de um registo de inventário semelhante aos que foram até então produzidos por várias comunidades monásticas do território de fronteira⁹, geralmente com o objectivo de salvaguardar os respectivos direitos em acções de litígio movidas por terceiros ou, inclusive, no quadro de instabilidade política provocado pelo avanço das hostes de Fernando I no sector ocidental do reino, entre 1057 e 1064, mas de um diploma que procura especificar a natureza dos bens reivindicados pela sede diocesana, na sua maioria parcelas de terra dispersas em ambas as margens do rio Mondego, com os respectivos prédios rústicos, para além do respectivo regime jurídico de posse e propriedade, ou inclusive a sua função no quadro das actividades económicas próprias de um contexto rural medieval.

O primeiro elemento a ter-se em conta nesta análise é, naturalmente, a tipologia do registo. A expressão que nos permite integrá-lo na categoria de inventário – «*MIN-notatjo testamentorum siue hereditatum sedis sanctæ Marie colimbiensis . quæ distractæ fuerunt . et dilapidatæ . et uenditæ . et a sede alienatæ . per quosdã *antecessores* presumptores eiusdem sedis episcopos*» – identifica-o como uma relação das propriedades da igreja de St.^a Maria da Sé de Coimbra alienadas do domínio eclesiástico pelos próprios representantes da hierarquia diocesana, sem o consentimento dos membros da canónica, embora recuperadas e restituídas à igreja, «*magno labore et sudore*», pelo bispo Miguel Salomão, tendo como seu coadjuvante o monarca Afonso I. Esta ideia serve-nos para sublinhar, desde já, um aspecto: não estamos a falar apenas de uma relação de bens subtraídos à catedral, mas de um instrumento jurídico que traduz uma política de benemerência concertada entre o bispo e o rei a favor da diocese, ou que, pelo menos, procura dar uma imagem de proximidade entre as duas instituições susceptível, dadas as circunstâncias em que o diploma foi elaborado, de enaltecimento a figura do prelado coimbrão e a natureza privilegiada dos círculos de relacionamento da hierarquia diocesana pelos finais do século XII. O diploma prossegue com a enumeração dos nomes de todos aqueles que, «*cõtra ius . et contra rectum*», devem ser apontados como responsáveis pelo extravio dos bens eclesiásticos. Os predecessores de Miguel na catedral episcopal são vistos, «*per__curiã et negligentjã*», como parte implicada no procedimento de alienação de bens. A lista, contudo, não se esgota nestes casos: os visados são sobretudo os leigos, detentores das propriedades cujos direitos de posse e usufruto deveriam pertencer à sede catedralícia. A condenação do autor material do diploma – cujo nome

nunca chega sequer a ser mencionado, facto relativamente comum na Alta Idade Média quando se trata de títulos jurídicos com o carácter de inventários patrimoniais – recai sobre quem, por inerência de funções, deveria proteger e salvaguardar o património eclesiástico de alienações indevidas. Mas faz sentir-se também sobre os fiéis que retinham para si esses direitos, expoliando a igreja dos bens que haviam sido legitimamente adquiridos ao longo dos anos, e fazendo a sua própria alma precipitar-se sobre o «abismo da danação», para recuperar a expressão consignada no texto. Trata-se, em termos gerais, de nomes de cristãos e de judeus estabelecidos no vale do rio Mondego, em referências isoladas, ou, por vezes, associadas entre si de forma a sublinhar a existência de vínculos de consanguinidade e parentesco, por vezes identificados também com base nos locais onde eram proprietários. Se grande parte dos nomes identifica personagens obscuras, cujo percurso biográfico é hoje difícil de se reconstituir com precisão, não pode deixar de apontar-se, entre os nomes citados, o de um alcaide, um besteiro e um pescador. Estão, portanto, representados indivíduos de condições sociais diversas, na sua maioria pequenos ou médios proprietários de bens situados em meio rural e urbano, chegando o número de leigos mencionados nesta perícopa – a expressão «*et alij quamplures*» indica-nos que não se trata de uma lista completa – a ascender a quarenta indivíduos. Os lugares contemplados – S. Martinho do Bispo, Marrondos, Areias, Fontoura, Antanol e Mouriscas – são identificados de forma muito sumária, mas, no seu conjunto, permitem-nos obter uma primeira imagem da cartografia do património alienado: as margens do rio Mondego.

Segue-se no diploma a caracterização dos bens propriamente ditos. O documento adopta aqui uma dupla estratégia: enumera primeiro os bens situados em meio rural, e só depois passa para os bens implantados em meio urbano. Num caso como noutro, a tipologia das propriedades é muito variada. Estamos perante uma relação de propriedades constituída por parcelas de terra situadas em ambas as margens do rio Mondego, cujos limites e confrontações são definidos no texto e caracterizados com base nos seus elementos constituintes – unidades de exploração agrícola de tipo vila ou casal, alegadamente compradas por quantias variáveis de moeda ou doadas aos cônegos, dotadas de infra-estruturas rústicas, como moinhos, para além de algumas mais escassas igrejas¹⁰ – e inclusive nos direitos que também outros colectivos religiosos, como os cônegos de S. Jorge, St.^a Justa e St.^a Cruz de Coimbra, ou ainda os monges de St.^a Maria de Alcobaça, auferiam, legítima ou ilegítimamente, da posse destas parcelas de terra.

Com base neste diploma, a canónica afirma-se como detentora de um significativo número de casas, igualmente compradas ou doadas pelos seus proprietários, ou até em trânsito de litígio com outros indivíduos e instituições, situadas tanto no interior como no exterior do perímetro de muralhas da cidade. Ao enumerar as propriedades situadas em meio urbano, o inventário volta a referir como o bispo se terá dedicado pessoalmente, com o auxílio de Deus e de St.^a Maria, à tarefa de reconstituição do património perdido, contando para isso com o apoio do monarca. Neste passo, coloca a tónica sobre o percurso biográfico do prelado¹¹, referindo como, na sequência de

552 (1088.09, falso ou interpolado); para a St.^a Cruz ou St.^o Lenho: LP 19 e 78 (1087.03.15); LP 47 (1099.03.19); LP 48 (1099.03.20); para S. Salvador: LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado); e, para os Doze Apóstolos: LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado). Numerosos outros diplomas, com diacronia entre [906] (LP 354, de [906.01.11]; cf. LP 355 e LP 356) e 1099 (DC 916, de 1099.09.03), omitem os respectivos oragos.

8. Sobre o assunto, vejam-se Armando Alberto Martins, *O mosteiro...*, pp. 28-71 e 73-347 (sobretudo as pp. 199-202); e Saul António Gomes, In limine conscriptionis. *Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Palimage Editores, 2007, pp. 105-178, em especial, as pp. 153-158 e 601-615, com informações sobre o impulso dado pelo monarca português à fundação do mosteiro, na sua relação com o desenvolvimento da chancelaria coimbrã. Ainda José Mattoso, *D. Afonso...*, pp. 112-124.

9. A lista é relativamente extensa, pelo que nos limitamos a citar os documentos elaborados na segunda metade do século XI: DC 378 (1050), DC 420 (1059), LP 73 (1064), DC 450 (1065), DC 459 (1067), DC 549 (1077) e DC 952 (s.d.).

10. A título geral, leiam-se Robert Durand, *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982; Deniz de Ramos, *Subsídios para a história da vinha na Bairrada (séculos X ao XII)*, Anadia, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, 1991 (compare-se com Robert Durand, «La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Âge (XII^e-XIII^e siècles)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 5, 1972, pp. 13-37); e Jorge de Alarcão, In territorio Colimbrie: *lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004.

11. Leia-se Armando Alberto Martins, *O mosteiro...*, pp. 284-292, com ampla bibliografia sobre Miguel Salomão e o desempenho do seu *munus* episcopal, na relação com a Sé e o mosteiro de St.^a Cruz de Coimbra; e, do mesmo autor, «Dois bispos...», pp. 28-30.



FIG.2 COIMBRA. SÉ VELHA. CABECEIRA
© FOTOGRAFIA DE JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

uma grave enfermidade, Miguel, que desempenhara as funções de prior da Sé, teria sido acolhido pelos cônegos de St.^a Cruz, não sem antes deixar à comunidade de St.^a Maria grandes quantidades de consumíveis que garantiriam a subsistência dos membros da canônica, entre moios de trigo, cevada e milho, quartos de chicharo e outras leguminosas, quinais de vinho e óleo, e ainda gado vário, como cento e sessenta vacas, cem ovelhas, duas éguas e dois burros.



FIG.3 COIMBRA. SÉ VELHA. NAVE CENTRAL. TRIBUNA
© FOTOGRAFIA DE JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA



FIG.4 COIMBRA. SÉ VELHA. CLAUSTRO
© FOTOGRAFIA DE JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

A partir daqui, descreve-se com algum detalhe o contributo dado por Miguel às obras de construção da Sé Velha¹², sublinhando-se não só os comportamentos de benemerência por parte do prelado, mas também os que, diligenciados por outros fiéis, tornaram possível a dotação da catedral. Em honra de Deus e de St.^a Maria, e procurando a Sua intercessão junto do St.^{mo} Salvador no dia do Juízo Final, o prelado terá retirado das suas próprias riquezas quinhentos morabitanos para subven-

12. Vejam-se, de Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos (Dr.), *Sé-velha de Coimbra (apontamentos para a sua história)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCXXX-MDCCCXXXV; e «A catedral de Santa Maria colimbricense ao principiar o século XI. – Mozarabismo desta região em tempos posteriores», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1940, pp. 113-140; e Antônio Nogueira Gonçalves, *A Sé-Velha coimbricense e as inconsistentes afirmações histórico-arqueológicas de M. Pierre David*, Porto, MCMXLII. A título complementar, leiam-se A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, MDCCCLXXXVI, pp. 123-144; Vergílio Correia, «A arquitectura em Coimbra», in *Obras*, vol. I: *Coimbra*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1946, pp. 58-64; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «Influências francesas na arte românica portuguesa», in *Histoire du Portugal. Histoire européenne. Actes du colloque* (Paris, 22-23 mai 1986), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 28-32; e *História da arte em Portugal*, 1: Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 68 e 130-134.



FIG.5 COIMBRA. SÉ VELHA. NAVE CENTRAL
© FOTOGRAFIA DE JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

13. LK, t. I, pp. 70, 112, 205 e 305; e t. II, p. 122. Isaiás da Rosa Pereira, «Livros de Direito na Idade Média», *Lusitania sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, t. VII, 1964-1966, pp. 22-23, anexo, doc. n.º 9, alíneas e e h; Avelino de Jesus da Costa (P.º), *A biblioteca...*, pp. 58-60, apênd. I, n.ºs 2-3, 8, 12 e 14.
14. LK, t. I, p. 275. Avelino de Jesus da Costa (P.º), *A biblioteca...*, p. 59, apênd. I, n.º 7.
15. LK, t. II, pp. 229 e 293. Avelino de Jesus da Costa (P.º), *A biblioteca...*, p. 60, apênd. I, n.ºs 9 e 15.
16. LK, t. I, p. 319. Avelino de Jesus da Costa (P.º), *A biblioteca...*, p. 58, apênd. I, n.º 1.
17. LK, t. I, pp. 73, 79, 83, 125 e 215; e t. II, pp. 132, 172, 217, 242, 249-250 e 288. Avelino de Jesus da Costa (P.º), *A biblioteca...*, pp. 59-61, apênd. I, n.ºs 4-6, 10-11, 13 e 16-20.
18. Armando Alberto Martins, *O mosteiro...*, p. 286. Segundo testemunho de Miguel Ribeiro de Vasconcelos, «notam-se quatro épocas na vida deste bispo: a primeira, quando foi prior da Sé; a segunda, quando largou o priorado para passar ao mosteiro de Santa Cruz; a terceira, quando foi bispo; a quarta, quando renunciou ao bispado e voltou para Santa Cruz» (*apud* Armando Alberto Martins, *O mosteiro...*, p. 286).

cionar a edificação do templo, e dado aos cônegos outros cinquenta, para além de um jugo de bois, no valor de doze morabitanos, a ser usado nos trabalhos de construção. A dotação da igreja, sobretudo no que respeita à composição do seu mobiliário, parece ter sido também largamente tributária da acção do bispo. Convém, neste passo, sublinhar mais uma vez que se trata de um instrumento elaborado a pedido do prelado, pelo que também daqui decorre a centralidade da figura episcopal enquanto agente interveniente no processo de edificação e dotação do templo. Contudo, os seus gestos correspondem a práticas paralelas às de vários outros leigos e religiosos que também contactaram com as autoridades diocesanas, mesmo antes da ascensão de Miguel à cátedra episcopal. O obituário diocesano é prolixo em informações deste género, até para os séculos XI e XII. Nele se encontram, entre os nomes dos benfeitores da canónica de St.ª Maria, os dos bispos Paterno, Crescónio, Gonçalo, Bernardo e João, que terão doado a esta instituição vários livros litúrgicos, canónicos e patrísticos, para além de paramentos de seda e de linho, como estolas, manípulos e sandálias, bâculos de marfim, alfaias de prata, entre cálices, urcéolos, colheres, turíbulo e candelabros, anéis de ouro, um dos quais com uma safira incrustada, e inclusive uma âmbula de bálsamo¹³; o do prior Martinho Simões, associado a um cálice de prata e um livro¹⁴; os das rainhas Teresa e Mafalda, a indumentárias de seda e de linho, como capas e mantéis, e novas alfaias litúrgicas, entre acêteres e píxides de marfim¹⁵; o de João Gondesendes, cavaleiro de Coimbra, a uma cruz, também de prata, transportada habitualmente em procissões¹⁶; ou ainda o de vários outros leigos e religiosos, na maioria dos casos acompanhados de livros com os mesmos conteúdos temáticos e alfaias destinadas às celebrações do culto litúrgico¹⁷.

Se estas figuras desempenham um papel fundamental no crescimento do património diocesano, sobretudo a partir da conquista da cidade, num momento em que os velhos mosteiros rurais ligados à nobreza condal, como Lorvão e Vacariça, passam para segundo plano no quadro das práticas de benemerência dos pequenos e médios proprietários rurais do Entre-Douro-e-Mondego, o mesmo deve dizer-se a respeito de Miguel, de origem moçárabe, prior da Sé Velha e cônego do mosteiro de St.ª Cruz, que, entre 1162 e 1176, desempenhou funções de bispo de Coimbra após a destituição de João Anaia. Tendo recebido a sua formação cultural e intelectual no meio catedralício, foi primeiramente diácono, desempenhando, nessa qualidade, funções como notário ao serviço do cabido, e, posteriormente, cônego regente no mosteiro de fundação régia, onde se encontrava quando foi eleito bispo, após um longo período de sede vacante, depois da forçada demissão de João, pontífice entre 1147 e 1155, e para o qual voltou. Como sétimo prelado da diocese restaurada de Coimbra, exerceu o seu *munus* episcopal durante cerca de catorze anos, até à altura em que, após resignação das funções episcopais, voltou a recolher-se ao mosteiro de origem, onde veio a morrer a 5 de Agosto de 1180. Ao longo do seu pontificado – que, no dizer de Armando Alberto Martins, «tinha como plano unir no mesmo espírito de fraternidade e colaboração as duas instituições canónicas da cidade»¹⁸ –, desenvolveu uma intensa actividade no sentido de favorecer a consolidação da autoridade episcopal numa das mais importantes cidades de um reino ainda em alargamento de

fronteiras. É disso exemplo a elaboração do *Livro preto*, enquanto repositório dos direitos jurisdicionais e dominiais da diocese, e, naturalmente, enquanto suporte material do diploma que temos vindo a mencionar. Da sua actuação como prelado restam hoje, para além de alguns documentos avulsos ou integrados na colecção diplomática, duas importantes notícias: a memória funerária do obituário da catedral, hoje conhecido pela designação de *Livro das calendas*¹⁹, que nos permite falar de Miguel como um dos principais benfeitores da canónica de St.^a Maria, e o supra-citado instrumento de inventário²⁰.

No seu conjunto, estes dois registos dão-nos testemunho das obras de construção da Sé Velha, aí se encontrando alguns elementos que nos remetem para os momentos de sufragação da catedral coimbrã na segunda metade do século XII, tal como para os agentes implicados nos trabalhos de construção ou inclusive as quantias dispendidas pelas autoridades da diocese como forma de pagamento pela presença de mestres e serviçais. Parecem-nos especialmente relevantes, até pelo pormenor com que são descritos nos registos, os dados que nos permitem reconstituir parcialmente o interior da estrutura eclesial. Há elementos que nos permitem caracterizar o mobiliário aí presente por doação do bispo, e que por isso também sustentam um melhor entendimento da natureza das representações visuais dominantes neste contexto litúrgico e paralitúrgico adaptado aos cânones da reforma romano-cluniacense. A análise que se pode fazer, a partir do inventário, de alguns dos bens móveis e imóveis legados à catedral por Miguel, que, pelo facto de conterem representações pictóricas, nos permitem falar da presença de determinados episódios escriturísticos, associados a modelos específicos de santidade cristã, como parte integrante do programa visual concebido pelas autoridades diocesanas, é disso um claro exemplo.

Estas imagens surgem descritas no inventário, ainda que muito sumariamente, em ementas isoladas, onde cada objecto surge na sua individualidade própria. Atendendo a que estas descrições não são apenas simples enumerações de bens, daqui decorre a possibilidade de se efectuar uma leitura mais pormenorizada das respectivas características técnicas e estéticas, e, conseqüentemente, do âmbito temático das imagens presentes no interior do templo. Contudo, pelo facto de pertencerem a um programa iconográfico concebido e desenvolvido numa mesma etapa de sufragação da Sé Velha, é também necessário integrá-las numa perspectiva de análise de conjunto, para que possamos compreendê-las como elementos simbolicamente relacionados entre si num mesmo contexto litúrgico e paralitúrgico.

Ao mestre Bernardo, que se terá dedicado às obras de construção da igreja durante cerca de dez anos, Miguel doa cento e vinte e quatro morabitanos, para além de lhe conceder alimentação e vestuário; ao seu sucessor, Soeiro, destina uma veste, um moio de pão e um quinal de vinho; e ao mestre Roberto, que se terá deslocado de Lisboa a Coimbra pelo menos em quatro ocasiões, entre 1162 e 1176²¹, com o objectivo de inspecionar o andamento das obras e contribuir para a melhoria da porta principal da igreja, concede, de cada vez, sete morabitanos, e sustenta as respectivas despesas de alimentação à base de pão, carne e vinho, tanto para si, como para os seus quatro serviçais e quatro burros²². Apesar de se encontrar implícito nesta passagem do

19. LK, t. II, pp. 73-74 (ementa de 5 de Agosto). Sobre a morte de Miguel, veja-se ainda EMP, vol. II, t. 1, n.º 165 (1180.08.05).

20. LP 3 (s.d.).

21. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (*História...*, pp. 133-135), «sabe-se que o Mestre Roberto, arquitecto da Sé de Lisboa, veio quatro vezes a Coimbra, entre 1162 e 1176, para resolver problemas da sua construção, mormente os da fachada. A este arquitecto, seguramente estrangeiro, se deve atribuir o projecto da obra. Não admira pois que esta catedral tenha bastantes coisas em comum com a de Lisboa, mormente no uso de galerias de circulação que tanto animam os seus muros e a caracterizam. Trabalharam ainda na Sé conimbricense os mestres arquitectos Bernardo e depois Soeiro. A datação da Sé Velha de Coimbra não tem grandes problemas. Pensada a partir dos meados do século XII, as suas obras foram impulsionadas pelo bispo D. Miguel Salomão a partir de 1162. Na década de 80 abre-se ao culto, embora as obras de ultimção e da torre cruzeira continuem e cheguem aos inícios do XIII» (p. 133).

22. Veja-se, sobre estas duas figuras, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (Dr.), *Sé-velha...*, vol. II, pp. 67-93. A construção da Sé de Lisboa foi iniciada pouco depois da conquista da cidade por Afonso I de Portugal, em 1147, tendo o primeiro bispo da recém-restaurada diocese sido Gilberto de Hastings, provável fundador das paróquias de S. Vicente de Fora, N.^a Sr.^a dos Mártires e St.^a Justa, morto em 1164. Em 1149, o monarca português concede ao bispo trinta e duas mesquitas, com as respectivas herdades e rendimentos, para as obras de construção da catedral. À construção da igreja ter-se-ão seguido a definição dos respectivos limites jurisdicionais, a instalação do cabido e a fundação de uma escola catedralícia, destinada a garantir as práticas de administração da diocese e instrução do clero. Sobre as circunstâncias que terão envolvido a sagração do primitivo edifício afonsino e a sua evolução institucional na época medieval, leia-se Carlos Guardado da Silva, *Lisboa medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 203 e 216-229 (com breve ref.^a à acção de Roberto nas pp. 216-217).

23. Leia-se António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (Dr.), *Sé-velha...*, vol. II, pp. 9-66. O autor propõe a identificação do altar mencionado no instrumento com um altar encontrado no cemitério de St.º António dos Olivais (freg. de St.º António dos Olivais, conc. de Coimbra, dist. de Coimbra), em 1931, reintegrado na capela-mor da Sé, em 1932, juntamente com duas colunas românicas vindas do acervo do Museu Nacional Machado de Castro. Trata-se, segundo António de Vasconcelos, de um testemunho arquitectónico do acto de sagração da igreja e sua abertura ao culto em Novembro ou Dezembro de 1184, no episcopado de Martim Gonçalves (1183-1191) (identificação e proposta de datação aceite por Vergílio Correia, António Nogueira Gonçalves e José Maria Cordeiro de Sousa, mas contestada por Pierre David, Costa Pimpão e Manuel Luís Real, conforme se depreende do comentário de Mário Jorge Barroca à extensa bibliografia produzida sobre o tema em EMP, vol. II, t. 1, n.º 150, de [1174.11.12-1175.06.23]). O altar, fabricado em calcário, teria sido assente a meio da absida da igreja, apresentando uma epígrafe comemorativa da sagração gravada na secção lateral superior do respectivo pé, publicada mais recentemente, com análise das respectivas variantes de leitura e proposta de fixação do texto epigráfico, por Mário Jorge Barroca, que, na peugada de Pierre David, o atribui a uma data crítica situada entre [12 de Novembro de 1174] e [23 de Junho de 1175]. A sua reconstituição, sem abreviaturas, é feita pelo epigrafista nos seguintes termos: «Con-sacrato Fuit In Era M CC XX II Per Manus Domnus Michael Episcopus Colimbriensis Regnante Domino Alfonso Anno Regni sui X'VI ET ETATIS FILII EIUS REGIS SANTI XXI». O paralelo português mais próximo do altar coimbrão é, ainda segundo Mário Jorge Barroca, o pé-de-altar da igreja de Vestiaria, em Alcobaca, hoje reaproveitado como pia de água benta (sobre o significado simbólico do altar como núcleo da celebração eucarística na diplomática conimbricense, veja-se ainda Mário de Gouveia, «As mãos na cultura letrada das sociedades de fronteira da Alta Idade Média hispânica. Expressões diplomáticas de funcionalidade e ritualidade», in *O corpo e o gesto na civilização medieval* [Actas do encontro, 11-13 de Novembro de 2003; coordenação de Ana Isabel Buescu, João Silva de Sousa e Maria Adelaide Miranda], Lisboa, Edições Colibri – Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 150-152).

diploma um especial cuidado com o acesso principal ao templo, nada nos é avançado quanto à natureza das representações iconográficas dominantes na porta da igreja. As imagens que de alguma forma se relacionam com memórias sagradas, e que são alvo da nossa mais cuidada atenção, restringem-se ao interior do templo, e tendem, naturalmente, a distribuir-se à volta do centro simbólico da estrutura eclesiástica: o altar principal²³. É aí que vamos encontrar o mobiliário litúrgico, algum do qual com representações iconográficas, a que várias das últimas ementas do inventário se referem. Quanto a esta questão, o primeiro elemento a destacar-se tem a ver com o facto de Miguel ter doado quarenta morabitanos para as obras de construção e decoração da mesa e das colunas do altar da Beatíssima Mãe de Deus, tal como de pavimentação das absides da igreja com pedra quadrada de boa qualidade. Em honra de St.ª Maria e da St.ª Trindade, doou ao templo, para remissão de seus pecados e remédio de sua alma, sob intercessão de Deus Misericordioso, uma cruz de ouro puro no valor de setecentos morabitanos, destinada a permanecer «in perpetuum» no altar da Virgem, no interior da qual ordenou fossem guardadas relíquias várias. Embora sem particularizar a natureza das relíquias – a ementa remete-nos genericamente para a existência de «de sepulcº dñi pars una maior, et aliae particulae *minores*» –, a sua associação à Cruz de Cristo permite-nos pensar na hipótese de se tratar de relíquias do St.º Lenho, que, na verdade, existem na Sé de Coimbra pelo menos desde 1099, data em que são aí mencionadas pela primeira vez²⁴. A estas juntam-se ainda duas outras relíquias que o inventário descreve, com algum pormenor, como fazendo parte da morfologia do próprio objecto: duas pedras provenientes do Monte Calvário, uma das quais ostentando, ao centro, a imagem esculpida do Senhor do Crucifixo, trazendo junto aos Seus pés as relíquias da St.ª Cruz. Na representação do crucifixo encontrava-se, de um lado, a imagem de St.ª Maria, e, do outro, a de S. João. A outra pedra, extraída igualmente do Monte Calvário, permanecia fixa na base da cruz áurea, presa ao suporte metálico, e ostentava, no seu interior, relíquias do St.º Lenho dispostas de forma a reproduzir a imagem do instrumento de suplício de Cristo, o Salvador dos homens e Redentor do mundo.

Para além deste importante testemunho, que nos remete para o fenómeno de circulação de relíquias da Terra Santa e a sua deposição na Sé Velha de Coimbra nos finais do século XII, num contexto associado a obras de construção da igreja, e, por conseguinte, de sagração de um novo templo na cidade²⁵ – recorde-se que o bispo Gonçalo Pais trouxera de Jerusalém relíquias do St.º Lenho e de St.ª Maria; de Constantinopla, relíquias de mártires e apóstolos; e de Roma, relíquias de S. Pedro e S. Paulo, para além de vários paramentos eclesiásticos de seda, entre estolas, manípulos e sandálias, uma tábua de marfim insculturada com a representação do Senhor do Crucifixo e diversas alfaias litúrgicas de prata²⁶; e que, ainda antes dele, o cônsul Sessando Davides solicitara ao prior Martinho Simões a trasladação de parte das relíquias do St.º Lenho conservadas na catedral, para que pudesse proceder-se à sagração da igreja de S. Miguel, por si fundada na cidade num contexto de revitalização dos antigos espaços de culto cristão no quadro do estabelecimento das autoridades leonesas na fronteira do Mondego, por volta de 1087²⁷ –, outras ementas



FIG.6 COIMBRA. SÉ VELHA. REPRESENTAÇÕES ZOOMÓRFICAS
© FOTOGRAFIA DE JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA

do inventário permitem-nos reconstituir o espaço interior da estrutura com base no seu mobiliário litúrgico. À frente do altar principal, uma tábua prateada, sem função clara no registo, até por se tratar de uma referência simples, sem mais pormenores, mas suficientemente valorosa – sessenta e oito morabitanos – a ponto de figurar no inventário de bens; no mesmo local da igreja, uma outra tábua, desta vez dourada, mandada elaborar ao mestre Ptolomeu, que se terá dedicado à tarefa durante cerca de um ano, valendo cento e cinquenta morabitanos; sobre o altar, uma terceira tábua, provavelmente de madeira dourada e de pequenas dimensões, contendo a representação da Anunciação, valendo dez morabitanos. Para uso nas diversas acções de culto, dois cantarinhos destinados à infusão do vinho e da água, no valor de nove morabitanos; um gomil com a sua bacia, também de serviço do altar, elaborados pelo ourives Félix em troca de sete morabitanos; e um cálice de ouro puro, mandado fazer pelo prelado, sob determinação de Afonso I, com base na fortuna entesourada da cátedra. Salientando outros pormenores relativos à indumentária dos sacerdotes officiantes, o diploma termina com uma passagem alusiva à doação episcopal de quatrocentos morabitanos para as obras de construção da igreja de S. João, à qual

24. LP 47 (1099.03.19) e LP 48 (1099.03.20).

25. As ligações entre Portugal e a Terra Santa encontram-se atestadas desde épocas remotas, ajudando-nos, desta maneira, a explicar a presença na Sé de Coimbra, durante o século XII, de elementos próprios da cultura religiosa com origem oriental, entre relíquias, alfaias e paramentos litúrgicos. Estes testemunhos prendem-se, fundamentalmente, com o desenvolvimento das primeiras acções de Cruzada da Cristandade ocidental, sob impulso das monarquias europeias e da cúria pontifícia romana, a partir do século XI (Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp. 143-169), tal como do incremento das práticas de peregrinação aos lugares santos (José Mattoso, *D. Afonso...*, pp. 88-90). Apesar de bastante datados, vejam-se, em particular, José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello, «Apostamentos sobre as relações de Portugal com a Syria no seculo 12.º», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, 2.ª série, t. I, parte I, Lisboa, Typographia da Academia, 1854, pp. 49-97; e Luís G. de Azevedo, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. I, fasc. VIII, Julho de 1925, pp. 317-327.

26. LK, t. I, p. 205. Avelino de Jesus da Costa (P.º), *A biblioteca...*, pp. 36 e 59, apênd. I, n.º 8.

27. LP 19 e 78 (1087.03.15). Os contornos da acção política de Sesnando Davides como cônsul de Coimbra foram estudados por Emilio García Gómez e R. Menéndez Pidal, «El conde mozárabe Sisnando Davídiz y la política de Alfonso VI con los taifas», *Al-Andalus. Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada*, vol. XII, fasc. 1, 1947, pp. 27-41; Maria Helena da Cruz Coelho, «Nos alvares da história de Coimbra. D. Sesnando e a Sé Velha», in *Sé Velha de Coimbra. Culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, pp. 11-39; e Leontina Ventura, «As cortes ou a instalação em Coimbra dos fideles de D. Sesnando», in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Organização: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Departamento de História), vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 37-52.

28. Mafalda morre a 3 de Dezembro de 1157 (José Mattoso, *D. Afonso...*, pp. 223-226).

29. A semântica da locução verbal patente na oração «*Jbi etiam fecit dari unâ cruce[m] argenteã, VIIJº . marcas appendentem . pro anima illustrissimae Reginae domnae . Mahaldae*», parece remeter-nos para o cumprimento de uma deliberação de interposta pessoa, até por se omitir aí a comum indicação de posse dada pela utilização de pronomes pessoais ou de outras expressões alusivas à propriedade jurídica sobre determinado bem móvel ou imóvel, como «de meo proprio» ou «de suo proprio», patentes ao longo do documento. Não é de excluir-se a hipótese de a cruz ter pertencido a Mafalda e, por sua morte, sido doada a S. João de Almedina por Miguel. Contudo, importa ter em conta que a passagem surge transcrita nas ementas diplomáticas dedicadas à enumeração dos bens do prelado que foram doados às duas igrejas coimbrãs.

30. Leia-se Mário de Gouveia, «S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI)», in *Culto e santuari di san Michele nell'Europa medievale/Culte et sanctuaires de saint Michel dans l'Europe médiévale* (Atti del congresso internazionale di studi [Bari – Monte Sant' Angelo, 5-8 aprile 2006]; a cura di Pierre Bouet, Giorgio Otranto, André Vauchez), Bari, Casa Editrice Edipuglia, 2007, pp. 81-112, em especial as pp. 87-88.

31. LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado).

32. LP 19 e 78 (1087.03.15), LP 47 (1099.03.19) e LP 48 (1099.03.20).

33. LP 170 (1086.04.19).

34. LP 170 (1086.04.19) e LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado).

35. Veja-se Pierre David, «Regula...», pp. 27-39.

36. Veja-se Gérard Pradalié, «Les faux...», pp. 77-98.

37. LP 73 (1064). Para outras referências à igreja, LP 372 (1086.08.11), LP 41 (1093.02.27), LP 175 (1094.03.23) e LP 174 (1095.03.03).

38. DC 129 (980.11.12). Para outras referências à igreja, LP 558 ([1086-1091]), DC 683 (1087.04.25), DC 791 (1092), DC 800 (1093.12.20) e DC 838 (1096.11.01).

o prelado teria também feito chegar uma cruz de prata, pesando oito marcos, por alma da rainha Mafalda, entretanto falecida²⁸. Dada a falta de clareza da passagem, não nos é fácil compreender se a cruz terá resultado de um gesto de benemerência do prelado ou se, pelo contrário, este se terá limitado a doar à igreja, em cumprimento de eventuais disposições testamentárias da primeira, uma cruz anteriormente na posse da rainha²⁹.

Chegados a este ponto, o que nos parece interessante destacar é a possibilidade de estas imagens serem analisadas também à luz das relíquias, reais ou representativas, que se conservariam no interior do templo desde a restauração da diocese nos finais do século XI. Ao contrário do que acontece com a Sé de Braga, em cujo colégio de santos padroeiros se integram as figuras de S. Salvador, St.^a Maria, S. Pedro, S. Paulo, S. João Baptista e S. Miguel³⁰ – facto que nos permite falar desta igreja como um espaço colocado sob a protecção de diversas entidades celestes –, as relíquias guardadas na Sé de Coimbra apontam para um conjunto muito mais restrito de santos padroeiros, em que se destaca apenas a figura de St.^a Maria, documentada desde [867-912] como tutelar da igreja. Alguns outros testemunhos permitem-nos, talvez, alargar a S. Salvador³¹ – paralelamente à St.^a Cruz ou ao St.^o Lenho³² –, tal como a S. Pedro³³ e S. Martinho³⁴, o quadro de memórias sagradas afectas ao templo coimbrão. Contudo, as informações disponíveis são não só menos abundantes para estas últimas instâncias – um a três registos para cada santo –, como parecem estar associadas a actos da prática reputados falsos ou interpolados pela crítica, na sequência dos trabalhos desenvolvidos por autores como Pierre David³⁵ e Gérard Pradalié³⁶. Devem, portanto, ser analisados com cautela. Pese embora o facto de se tratar de documentos falsos, podem, todavia, esconder um fundo de verdade destinado a sublinhar a suposta veracidade das afirmações históricas neles contidas.

A imagem que prevalece quando analisamos as memórias fundadoras do sagrado catedralício coimbrão, das presúrias de Afonso III das Astúrias à reforma implementada no quadro do concílio de Burgos, é a de uma igreja dedicada, por excelência, à Mãe de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo. É, pelo menos, sob este título celeste que a igreja é comumente citada até ao surgimento dos primeiros indícios documentais que nos apontam para a recepção dos cânones da reforma litúrgica romano-cluniacense na fronteira ocidental do reino de Leão. Entre os finais do século IX e os finais do século XI, adopta-se na sede diocesana o orago que se encontra representado num maior número de igrejas do território de Entre-Douro-e-Mondego. Esta disseminação do culto mariano pelas pequenas e médias igrejas da região, para a maioria das quais a documentação é muito pobre em pormenores históricos, pode, talvez, reflectir a implementação de um culto “oficial” da diocese tendo como modelo a memória litúrgica associada à igreja catedralícia. Se a sede diocesana é dedicada a St.^a Maria, as restantes igrejas situadas no interior do perímetro de muralhas da cidade colocam-se sob invocação de santos evangélicos e apostólicos: são os casos de S. Salvador e S. Miguel, tal como de S. Pedro e S. João, duas das quais – S. Salvador e S. Pedro – integrando, respectivamente, o padroado dos mosteiros de Vacariça e Lorvão pelo menos desde 1064³⁷ e 980³⁸. Por sua vez, os

templos situados no exterior das muralhas adoptam, em contraponto a estas entidades celestes, referenciais sagrados conotados com uma mensagem martirial: são os casos das igrejas do arrabalde ribeirinho, consagradas inicialmente a St.^a Cristina³⁹ e a S. Cristóvão⁴⁰, e dedicadas, a partir da conquista da cidade, a S. Tiago e S. Bartolomeu, respectivamente, para além do de St. Justa⁴¹. Nestes casos, a adopção de novos cultos apostólicos em detrimento de cultos martiriais poderá, talvez, corresponder a uma de várias manifestações associadas à difusão dos cânones religiosos definidos, com o apoio da monarquia leonesa, no quadro da reforma romano-cluniacense. A substituição dos mártires pelos apóstolos pode entender-se como sintoma da tendencial adopção de cultos universais que se verifica a partir dos finais do século XI, mais consentâneos com os modelos de religiosidade que se difundem um pouco por todo o território cristão hispânico.

Não podemos, à falta de informações seguras, pronunciar-nos aqui sobre a hipótese, avançada por vários investigadores, de estas imagens terem tido um papel fundamental, em substituição dos livros, na instrução religiosa dos leigos, ou até dos clérigos, que acorriam à igreja⁴². A hipótese pode pressupor, como é natural, o entendimento de que estes eram capazes de proceder à leitura das imagens com base nos textos que lhe conferem pendor narrativo. Sobre esta hipótese, os nossos diplomas são omissos. É, portanto, possível analisar-se a questão apenas numa perspectiva comparada, atenta à documentação que terá sido produzida na diocese em épocas mais tardias, tal como à que, sendo sua contemporânea, tem, pelo contrário, distinta proveniência.

O que podemos afirmar é que, pelos finais do século XII, são visíveis no interior da Sé Velha de Coimbra, e, em especial, junto do altar de St.^a Maria, testemunhos de uma cultura visual atenta a alguns dos mais significativos episódios das Sagradas Escrituras, em particular do Novo Testamento. Estes testemunhos correspondem a um mobiliário litúrgico portador de imagens sagradas com um sentido narrativo, patente no carácter historiado das suas representações pictóricas e escultóricas: são os casos dos episódios da Anunciação, numa tábua de madeira dourada colocada sobre o altar, ou da Crucifixão, numa das relíquias provenientes do Monte Calvário, guardada no interior de uma cruz de altar. A estes casos, acrescentemos as imagens individualizáveis do Cristo Crucificado, de St.^a Maria e de S. João, tal como a da própria Cruz, representada quer sob a forma de alfaia, quer sob a forma de relíquias, num inequívoco sintoma de devoção litúrgica ao Salvador a que também o meio canonical crúzio se mostrava receptivo, nomeadamente através da comemoração das festas da Invenção e Exaltação da Cruz, patentes nos seus calendários, depois que nele passou a venerar-se a relíquia do St.^o Lenho, doada por Sancho I, embora pertencente ao seu avô, o conde Henrique de Borgonha, juntamente com um cálice de ouro, em 1210. Em ambos os casos, podemos falar de registos iconográficos que reproduzem ciclos litúrgicos com formulários e cerimónias próprias, e que esses ciclos são consentâneos com a natureza predominantemente evangélica das relíquias depositadas na catedral pelo menos desde os finais do século XI, enriquecidas com a chegada de novas relíquias do Oriente, em particular de Jerusalém, Constantinopla

39. DC 15 (907.04.13) e DC 37 (933.03.04).

40. DC 74 (957.11.02).

41. LP 427 (1098.12.03).

42. Leia-se Danièle Alexandre-Bidon, «Une foi en deux ou trois dimensions? Images et objets du faire croire à l'usage des laïcs», *Annales HSS*, n.º 6, Novembro-Dezembro de 1998, pp. 1155-1190.

43. Armando Alberto Martins, *O mosteiro...*, p. 707. A reconstrução manuelina da igreja continuará a fazer do altar-mor o altar da Cruz, embora mais ornamentado e associado a figuras em representação dos mistérios da Invenção e Exaltação da St.^a Cruz. Não se tratava apenas da Cruz exposta, mas de um Crucifixo com o Corpo de Cristo Crucificado.

44. Refira-se que, para além dos diplomas coligidos no *Livro preto*, que nos dão abundantes exemplos da recepção de episódios da Bíblia nos diplomas monásticos e eclesiais da época (Maria Teresa Nobre Veloso, «A presença da Bíblia nos documentos do *Livro preto* da Sé de Coimbra», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias* [Organização: Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História], vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 233-245), também a produção letrada crúzia íntegra, a partir dos finais do século XII, narrativas historiográficas e hagiográficas em que a recepção da cultura bíblica é um tópico constante (Armando de Sousa Pereira, «Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII», *Lusitania sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.ª série, t. XIII/XIV, 2001-2002, pp. 315-336).

45. Armando Alberto Martins («Dois bispos...», p. 29) sintetiza o conteúdo deste documento nos seguintes termos: «[A *Carta libertatis*] permitia a esta instituição [mosteiro de St.^a Cruz] eximir-se dos poderes do bispo, mais livremente edificar o seu património, alargar o âmbito da sua influência local e regional» (sobre esta questão, vejam-se ainda A. G. da Rocha Madalil, *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1940; e Armando Alberto Martins, *O mosteiro...*, pp. 284-292). Após a outorga do documento, o bispo terá dado conhecimento da carta ao papa Alexandre III, de forma a obter a sua confirmação. As reivindicações do prelado viriam a ser alcançadas pela bula *Ad hoc universalis ecclesiae*, de 16 de Agosto de 1163 (LS, pp. 101-102 e 103-106). Neste aspecto em particular, a acção enérgica de Miguel terá suscitado forte oposição na diocese, mormente entre os cônegos do seu cabido, para quem a concessão de regalias

a favor do mosteiro crúzio terá sido feita de forma constrangente e pouco clara. É disso exemplo o facto de, após o regresso de Miguel a St.^a Cruz, os clérigos locais terem escrito cartas difamatórias da sua pessoa e acção ao papa, acusando o bispo de ter ele próprio delapidado o património da Sé em benefício da comunidade regrante de St.^o Agostinho (Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, Berlim, Weidmannsche Buchhandlung, 1927, pp. 257-258, n.º 84, de 1181.03.12). Domingos, cônego e mestre da Sé, em resposta ao inquérito mandado instaurar por Inocêncio III, ainda antes de 1 de Novembro de 1200, terá mesmo referido que, caso as medidas propostas pelo prelado tivessem sido aplicadas em conformidade com o disposto, o gesto marcaria o «initium destructionis Colimbriensis ecclesiae» (Armando Alberto Martins, «Dois bispos...», pp. 29 e 38, notas 17 e 19).

46. Veja-se, *in genere*, *História...*, pp. 168-175. Os trabalhos de referência sobre o assunto são da autoria de Maria Adelaide Miranda. Entre os mais revelantes estudos desta autora sobre a iluminura românica portuguesa, vários dos quais apontando no sentido do predomínio das representações iconográficas de origem veterotestamentária na produção medieval de manuscritos iluminados, destaquem-se, entre outros, os seguintes títulos: *A iluminura de Santa Cruz no tempo de Santo António*, Lisboa, Edições Inapa, 1996; «A iluminura de Santa Cruz no contexto da iluminura europeia medieval», *Bibliotheca portugalensis*, II.ª série, n.ºs 15-16, 2000-2001, pp. 67-97; «Do sagrado ao humano na iluminura românica em Portugal», in *Estudos medievais. Quotidiano medieval: imaginário, representação e práticas* (Coordenação de Amélia Aguiar Andrade e José Custódio Vieira da Silva), Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 67-94; e «Iluminura românica em Portugal», in *La miniatura medieval en la Península Ibérica* (Joaquín Yarza Luaces, ed.), Múrcia, Nausicaá, 2007, pp. 375-418. As suas relações com o ciclo memorialístico neotestamentário, de temática cristológica, foram abordadas, pela mesma autora, em «A iconografia de Cristo na iluminura românica de Santa Cruz de Coimbra», in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam* (Coordenador: Mário Jorge Barroca), vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 83-95.

e Roma, durante o episcopado de Gonçalo Pais. Tal como salientámos há pouco, o modelo de adoração patente na Sé é também seguido na igreja do vizinho mosteiro de St.^a Cruz, cujo altar-mor românico, segundo as descrições conhecidas, exibia uma grande Cruz, objecto de adoração e fonte de espiritualidade, ladeada pelas imagens da Virgem Maria e de S. João Evangelista⁴³.

À semelhança do que tem sido apontado para outras igrejas, a abside principal do templo, com o seu prolongamento natural pela nave, poderá ter proporcionado à assembleia eclesiástica condições de legibilidade de ciclos memorialísticos cristãos⁴⁴, facto que, como é evidente, não pressuporia necessariamente a recepção eficaz dessa mensagem no seio da assembleia dos fiéis. A falta de condições de luminosidade característica dos espaços de culto medievais, sobretudo em contextos de arte românica, como é o caso da Sé Velha ainda na segunda metade do século XII, e também a grande riqueza de alfaias e paramentos litúrgicos própria destes espaços solenes, pode ter dificultado a sua leitura e interpretação pelo conjunto dos crentes, numa altura em que se tornava cada vez mais necessário o desenvolvimento de novas formas discursivas, em larga medida apoiadas no incremento da cultura visual, visando a difusão dos ciclos memorialísticos ligados à vida de Cristo e dos Seus santos. Contudo, num instrumento de inventário como o que se produziu a pedido de Miguel – cuja autenticidade importa averiguar mais detalhadamente num posterior estudo, até por se lhe estar subjacente um discurso de enaltecimento da imagem pública do prelado indissociável dos graves conflitos institucionais entre a Sé e o mosteiro de St.^a Cruz durante o seu pontificado, na sequência da concessão da denominada *Carta libertatis* ao mosteiro regrante, em 1162, no próprio ano da morte do seu primeiro prior, Teotónio⁴⁵, e que, em certa medida, o diploma do *Livro preto* deixa transparecer no tom apologético pessoal que caracteriza os seus fólios –, o acesso ao mobiliário terá proporcionado, pelo menos ao autor material do registo, a caracterização dos elementos supostamente doados pelo bispo à canónica de St.^a Maria e colocados junto ao altar da Virgem, razão pela qual terá sido possível a identificação das figuras de Cristo Crucificado e de St.^a Maria ou S. João no mobiliário eclesiástico, a descrição pormenorizada de um dos Crucifixos visível junto ao altar da nave principal, ou, inclusive, a identificação dos respectivos suportes materiais, tal como de algumas técnicas decorativas de excepção, merecedoras de destaque no momento em que se terá elaborado o instrumento. Este facto só se compreende se analisado sob a perspectiva de um agente capaz de proceder à descodificação dos motivos pictóricos ou escultóricos e à sua inserção nos ciclos iconográficos da Anunciação e da Paixão e Ressurreição de Cristo. Não obstante, se o posicionamento relativo destas representações na estrutura principal da igreja, e, em especial, no altar, terá sido pensado de forma a se valorizarem os ciclos iconográficos do Novo Testamento em detrimento dos do Velho Testamento, correntes na produção de manuscritos iluminados coeva⁴⁶, só uma mais detalhada análise das fontes nos poderá ajudar a esclarecer. ●

